

Em todo o País, o protesto dos médicos

Das sucursais, serviço local e correspondentes

O "Dia Nacional de Protesto dos Médicos" contra a mercantilização da Medicina e a presença de multinacionais no setor foi marcado ontem por manifestações em vários Estados. A maioria dos 6 mil médicos gaúchos paralisou suas atividades, atendendo apenas casos de emergência, segundo informou o presidente do Sindicato Médico do Estado, Carlos Pinto de Sá. Em São Paulo houve debates sobre o assunto na Assembléia Legislativa, onde foi lançado o Movimento de Renovação Médica.

A médica Maria Bernardete de Paula Eduardo, presidente da Associação dos Médicos Sanitaristas de São Paulo — uma das 20 entidades do País que participam do movimento — fez a seguinte denúncia perante a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa: "A penetração das multinacionais na área de saúde é consequência da própria política nacional de saúde que, por meio de suas diretrizes executadas pelo Inamps, vem desenvolvendo a privatização dos serviços, onde os recursos dos trabalhadores são utilizados para gerar lucros, privilegiando portanto os serviços conveniados, como as medicinas de grupo e as indústrias farmacêutica e de equipamentos hospitalares".

Além dela, representantes do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Associação dos Médicos do Hospital das Clínicas, Ameresp, Conselho Regional de Medicina e Sociedade Médica do município discutiram o problema com os deputados. José Cássio de Moraes, do CRM, informou que o órgão estuda a reformulação do seu Código de Ética para tentar impedir a proliferação de empresas internacionais nos serviços médicos.

Em Porto Alegre, a programação do protesto começou de manhã, também com uma sessão da Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, quando o presidente do CRM local, Telmo Reis Ferreira, afirmou que, "a continuar como está, os médicos serão cada vez mais empregados das multinacionais". Paralelamente, ocorria a paralisação dos serviços médicos, inclusive no Interior gaúcho, onde a adesão da classe foi de "100%", segundo o presidente do sindicato, e na Capital, de 80%.

Em Santos, uma mensagem das entidades da classe lembra o artigo 3º do Código de Ética, segundo o qual o trabalho médico só pode favorecer quem o presta e quem o recebe, sendo vedado seu aproveitamento por terceiros, quer em caráter político, quer em caráter comercial.

No Recife, faixas e inscrições contra as multinacionais foram fixadas pelos médicos em toda a cidade e, à noite, houve uma concentração na sede do sindicato. Em Aracaju, os jornais locais publicaram nota conjunta das entidades da classe defendendo o "princípio ético de que a doença não é mercadoria". Manifestações foram realizadas também em Uberlândia, Pindamonhangaba, São José dos Campos e Florianópolis.